

# Falar de Deus a partir da compreensão da história

Klaus van der Grijp

Existem muitas perspectivas a partir das quais se pode falar de Deus. No Brasil está circulando ultimamente uma interessante coletânea sob o título de *Experimentar Deus hoje* (Editora Vozes, 1974), que nos seus sucessivos artigos apresenta algumas daquelas perspectivas. Falam ali o filósofo, o poeta, o psicólogo, o teólogo, o mártir. Mas o que chama a atenção é que para todos eles, em última análise, falar de Deus significa falar de si mesmo, penetrar no sentido mais profundo da existência que o homem leva como filósofo, poeta, psicólogo, teólogo ou mártir. Isto confirma apenas uma verdade que já nos era conhecida, a saber, que existe um relacionamento mútuo entre a linguagem sobre Deus e a linguagem sobre o homem. Poderíamos lembrar-nos aqui do famoso dito de Calvino, de que a reflexão do homem sobre si mesmo implica na contemplação de Deus, e que o conhecimento de Deus o leva simultaneamente à consideração de si mesmo (*Instituição da religião cristã*, I, 1). Não é outra coisa o que acontece ao historiador. Quando o historiador coloca a pergunta por Deus, ele trata de entender sua própria localização no mundo entre o passado e o futuro.

Quero observar aqui, entre parênteses, que ao falar do “historiador” não me refiro a um simples especialista acadêmico, que se ocupa da história, com exclusão de outras ocupações. “Historiar” é, a meu ver, uma função do homem integral, uma função latente em todo ser humano e patente em todo aquele que chegou à maturidade espiritual. Do mesmo modo poderíamos dizer que há em todo homem algo de filósofo (a ânsia de uma compreensão última), de poeta (a necessidade de dar expressão verbal às emoções da alma), de psicólogo (a introspeção e a curiosidade de conhecer a motivação dos outros), de teólogo (o desejo de sistematizar o conteúdo da fé) e de mártir (a convicção de que existe uma realidade pela qual vale a pena comprometer-se totalmente). Todo homem chega ao ponto de se questionar sobre seu posicionamento na história: Donde venho eu? Como estou situado no meu contexto humano? Como foi o mundo antes que eu fosse, e até que ponto estou ainda determinado por ele? Qual é a minha liberdade de ação hoje? Que sentido tem o meu futuro? Eis aqui uma série de perguntas netamente históricas, que poderíamos resumir na pergunta global: Que linguagem me fala a minha história?

Ora me parece que decifrar a linguagem da história é um afazer eminentemente cristão. É uma das preocupações mais constantes na própria Bíblia. Certo, a Bíblia também fala de Deus a partir de outras perspectivas. Falam nela o filósofo (*Provérbios*, *Eclesiastes*), o poeta (*Salmos*), o psicólogo (*Paulo em Rm 7*), o

teólogo sistemático (código sacerdotal), o mártir (Jeremias), para mencionar só uns poucos exemplos. Mais fundamental que tudo isto, todavia, é o esforço de Israel para compreender o sentido da sua história. Trata-se do primado da profecia, isto é: daquela interpretação dos acontecimentos que lhes quer sondar o sentido último. E essa sondagem equivale à busca do mistério de Deus. A Bíblia fala muito pouco de como Deus é em si. As “propriedades de Deus”, que conhecemos da teologia sistemática, não constituem o interesse primordial da palavra profética. Todo o interesse se focaliza no que Deus faz com o homem. Os profetas e apóstolos não proclamaram simplesmente as qualidades de Deus — sua santidade, sua justiça, sua misericórdia —, mas eles proclamaram *ta megaleia tou theou*, os grandes atos de Deus com respeito à sua criação. E toda a sua atuação se inscreve nas coordenadas da história.

Os grandes tópicos da proclamação profética, como são a vocação, a libertação, a teodicéia, o juízo de Deus, a bem-aventurança, todos eles são concebidos em termos de um acontecer histórico. A história não é apenas o meio através do qual nos atinge a mensagem da salvação, como o ar é o meio através do qual o som atinge o nosso ouvido, mas a própria salvação perderia a substância se ela não se concretizasse numa vivência histórica. E não pensemos que o Novo Testamento seja a este respeito mais “verticalista” ou mais “sincrônico” do que o Antigo Testamento. Não podemos expressar o que é Jesus Cristo senão interpretando a história. O esquema diacrônico de promessa e cumprimento se revela nele em toda a clareza. Em Jesus aparece a Promessa detrás das promessas, o Cumprimento detrás dos sucessivos cumprimentos no passado. O reconhecimento de Jesus como o Messias implica reconhecer que nele o processo histórico foi levado à suas últimas conseqüências. Com sua ressurreição irromperam os últimos dias. Jesus Cristo é, num certo sentido, o fim da história.

Pois bem, nós, que vivemos no “ano do Senhor” 1975, perguntamo-nos obviamente qual é a relação entre a história da Bíblia e a nossa história. Será que o fim da era apostólica significa uma cesura na história humana? Será que a história *post Christum* é qualitativamente diferente da anterior? Num certo sentido: sim. E isto por dois motivos. Em primeiro lugar, esta diferença é conseqüência do querigma da messianidade. Em Cristo, como já dissemos, chegou o fim dos tempos. O futuro se tornou presente. Algo essencial mudou no tempo que nós vivemos. Em segundo lugar, o fim da era apostólica significa uma cesura porque as chaves para a interpretação da história descobertas até aquela altura são únicas e inconfundíveis. Nenhum livro religioso que apareça depois da Bíblia poderá oferecer-nos chaves melhores; elas não podem ser ultrapassadas, porque Cristo é definitivo. Este é o sentido da canonização das Escrituras.

Por outra parte, não entenderíamos bem a intenção da Bíblia se julgássemos que ela pretende demarcar um episódio da história

universal, declarando-o história “sagrada”, à diferença de uma outra história “profana”. As chaves interpretativas da Bíblia estão aí para funcionar em toda a história humana, quer dizer, também na nossa própria história. As sucessivas vivências históricas codificadas na Bíblia têm para nós um valor paradigmático. Assim como o povo de Israel e a comunidade cristã primitiva falaram de Deus à força de interpretar sua história, assim também a comunidade cristã dos séculos posteriores. Em cada época a compreensão de Deus estava correlatada com a autocompreensão da Igreja no seu contexto histórico. Seria possível, e até muito instrutivo, escrever-se uma vez toda a história da Igreja seguindo a linha mestra da sua auto-interpretação. Vejamos alguns exemplos disto.

(1) O assim chamado catolicismo primitivo se formou quando os cristãos do século II reivindicaram o princípio da mediação histórica da salvação contra o espiritualismo intemporal dos gnósticos. O apelo à sucessão apostólica é muito mais do que a adoção de um determinado sistema ministerial: é o reconhecimento de que a verdadeira doutrina acerca de Jesus Cristo é aquela que chega até nós mediada pela história. (2) A Igreja imperial da época constantiniana é aquela Igreja que se considerava como a realização plena e completa daqueles valores que no império pagão estavam apenas pré-figurados: a unificação dos povos, a paz, o *nomos* (lei) como código universal de conduta. Falar de Deus significava então correlatar Jesus e César Augusto, ou melhor ainda: Cristo e Constantino, o *typos* celestial e a sua *eikôn* (imagem) na terra. (3) Ao anunciar-se já o declínio do Império, quando as invasões bárbaras sacudiam os alicerces da Eterna Roma, surgiu a visão agostiniana da Cidade de Deus. A Igreja era a representante dos valores absolutos e duradouros num mundo relativo e passageiro. Falar de Deus significava enxergar bem esse contraste. (4) Quando o centro da cultura ocidental passou do Mediterrâneo para a Europa, encontrando-se esta ainda desunida e em vias de amadurecimento político, a Igreja se apresentou como a força unificadora, como a autoridade suprema que instituía e destituía as autoridades dela derivadas. (5) No outono da Idade Média, tendo-se tornado bastante melindroso o contraste entre a pretensão espiritual da Igreja e o seu prurido de dominar o mundo, um grupo significativo da cristandade começou a falar de Deus a partir de uma nova ótica espiritualista. A era presente, ainda carnal, era vista como grávida de um futuro espiritual. A verdadeira Igreja era a comunidade dos eleitos que, dentro da igreja hierárquica e quem sabe se também fora dela, se antecipava à Era do Espírito (assim na ala radical da Ordem Franciscana). (6) A Reforma luterana representa, frente à tendência anterior, uma reconciliação com este mundo, mas dando já por assentada uma dicotomia entre Igreja e mundo que três séculos antes poucos haviam imaginado. Apareceu aí a noção da dupla presença de Deus nos seus dois regimentos, o regimento mundano, onde reina o direito, e o regimento espiritual, onde reina o amor.

E assim poderíamos continuar falando das sucessivas noções de Deus conectadas com a interpretação do contexto histórico. A Contra-Reforma, o pietismo, o iluminismo, o nascente ecumenismo, as eras do colonialismo e da descolonização, todas elas têm sua maneira específica de falar de Deus. Não queremos dizer que todas essas maneiras tenham sido corretas. De algumas delas nós hoje discrepamos mesmo fundamentalmente. Não se trata de justificar a fala sobre Deus a partir da história, mas sim de constatar que cada nova época se caracteriza por um esforço hermenêutico de localizar a Igreja no mundo. Todavia, se nos atrevemos a aplicar o paradigma bíblico ao nosso contexto e por conseguinte a afirmar que Deus age na história, deveríamos perguntar logo até onde proclamar Deus para os nossos contemporâneos equivale a algo assim como “ler o Livro da História”. Ninguém negará que a história fala às vezes uma linguagem que a comunidade dos fiéis julga entender inequivocamente. Houve, por exemplo, conjunturas históricas que provocaram uma verdadeira emoção messiânica. Isso foi o caso quando o resto de Israel voltou do cativeiro babilônico, quando no edito de Milão de 313 foi anunciada a liberdade à Igreja até então perseguida, ou também, se pensamos em nossa própria época, todas as vezes que o advento de um líder carismático nos prometeu uma experiência de salvação nacional.

Quero sublinhar que me parece legítimo e mesmo necessário interpretarmos a história em termos semelhantes. Se a salvação a que se refere a fé cristã for uma realidade histórica, então o tipo de eventos a que antes aludimos deverá ser encarado como realização parcial daquela salvação. Por outra parte, a linguagem da história permanece uma linguagem hierática, ela tem seus paradoxos e seus contra-sensos, como o acontecer dos nossos dias nos tem demonstrado abundantemente. A leitura do Livro da História está, em última análise, fora do alcance dos humanos. Ou, para dizê-lo com as palavras do Apocalipse (5, 3.5): “Nem no céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra, ninguém podia abrir o livro nem mesmo olhar para ele . . . Somente o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos.” Assim como é ambígua a nossa compreensão da história, assim é também a nossa visão de Deus! Deus se nos dá a conhecer, e ao mesmo tempo ele se subtrai ao nosso conhecimento. Ele é quem consola seu povo manifestando-se em sua glória (Is 40, 5), mas por outro lado lhe diz que seus caminhos são mais altos que os caminhos humanos (Is 55, 8). Daí porque falar de Deus, como também falar do sentido da história, é sempre falar gagueando. É descobrir uma certa imagem de Deus, e ver-se logo na necessidade de corrigi-la.

Lutero nos faz aqui uma advertência importante quando diz que a história não é a revelação de Deus, mas antes o seu disfarce. Deus age na história como o Deus absconditus. A prosperidade dos ímpios é pura aparência, pois o fim que os espera é a perdição.

**E, às vezes, quando Deus castiga os piedosos, a provação redundará em seu bem (por exemplo na preleção sobre Gn 42, 6b-7, em WA 44, 467, 8ss). Quem pretende descobrir a imagem de Deus no espelho da história, sai enganado — diz Lutero. Deus não se dá a conhecer senão pelo único meio legítimo que Ele mesmo escolheu: conhecemo-lo somente em Cristo, somente na Palavra escrita, pregada e aceita na fé. Essa advertência é grave, e ela deve inibir-nos de uma interpretação precipitada dos acontecimentos. Mas ela não nos induz a um completo agnosticismo histórico. Palavra e acontecimento de modo algum podem ser opostos como mutuamente exclusivos. A palavra profética se caracteriza precisamente por estar posicionada com respeito aos fatos, e a palavra sobre o Cristo ressurreto não é exceção a essa regra. Não podemos abrir mão da unidade fundamental de Palavra e acontecimento. Refletindo sobre esta unidade, Wolfhart Pannenberg afirma que a Palavra nunca pode acrescentar algo que, de uma ou outra maneira, não estivesse já presente nos fatos (assim por exemplo em *Theologie als Geschichte*, págs. 308-339).**

**E assim fica em pé a afirmação de que falar de Deus em nosso contexto significa buscar o sentido do nosso posicionamento histórico. Qual é o sentido de sermos latino-americanos no contexto da história universal? O que significa ser cristão num mundo polarizado entre ricos e pobres, opressores e oprimidos, doutores e analfabetos? Como devemos entender nossa missão de herdeiros da Reforma protestante num continente que nunca conheceu essa Reforma, mas onde o catolicismo está hoje em rápida transformação? O que significa o fato de pertencermos a um determinado grupo étnico e cultural no contexto da nossa realidade nacional? A essas perguntas pode-se responder de muitas e mui diversas maneiras. Mas de uma coisa estou convicto: Apenas poderemos dizer algo relevante sobre Deus à medida que soubermos responder a essas perguntas!**